

Moreira Mariz



Agentes de saúde acompanham a votação no Plenário: além da MP, senadores aprovam projeto de interesse da categoria

## Aprovada MP sobre agente de saúde

Senadores acolhem também medida provisória que cria 8,5 mil cargos em instituições federais de educação profissional e tecnológica

A regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias está prevista em uma das medidas provisórias aprovadas ontem pelo Plenário. Entretanto, o envio da proposta à promulgação não encerra a polêmica sobre o assunto: os senadores encaminharam à Câmara dos Deputados projeto sobre a seleção e o regime jurídico da categoria. **Página 3**

## Supersimples em regime de urgência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que, embora não tenha havido ontem quórum regimental para votação do Supersimples, o projeto

continua em regime de urgência. Por se tratar de lei complementar, a matéria depende da aprovação da maioria absoluta – 41 senadores. **Página 3**



Gerardo Magalhães

Renan Calheiros: votação do Supersimples é prioridade

## Processo contra Suassuna deve ser votado em 8 de novembro

Relatório de Jefferson Suassuna, mas pedido de Péres pede a cassação do mandato do senador Ney Suassuna, mas pedido de vista adia decisão sobre o caso. **Página 6**

Célio Azevedo



Jefferson (à esq., ao lado de João Alberto) lê relatório no Conselho de Ética do Senado

## Mais prazo para agricultor quitar dívidas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem projeto de Efraim Morais que permite a anistia e o alongamento de dívidas relativas a crédito rural em municípios onde foi decretada situação de emergência. **Página 2**



José Cruz

Ao lado de Heráclito Fortes, Efraim Morais (E) comemora aprovação de projeto

Proposta prevê anistia das dívidas nos casos de frustração de safra devido a fenômenos climáticos em município onde foi decretada situação de emergência ou estado de calamidade



Votação do projeto de Efraim (segundo à direita) na CRA é acompanhada por Heráclito, Demostenes, Juvêncio, Wellington e Sibá

## Agricultor terá mais prazo para quitar dívidas de crédito rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Efraim Morais (PFL-PB) que permite a anistia e o alongamento do prazo para pagamento das dívidas oriundas de operações de crédito rural.

De acordo com a proposta (PLS 259/04), nessa anistia serão incluídas as dívidas de operações de crédito contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, bem como por suas cooperativas e associações, no valor total financiado de até R\$ 35 mil, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário.

Essa anistia é prevista nos casos de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios onde foi decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo governo federal.

O projeto também amplia o teto de renegociação das dívidas rurais de R\$ 35 mil para R\$ 75 mil, sendo que a remissão incidirá até o patamar de R\$ 35 mil. Será ainda concedido abatimento de 40% para operações de investimento e de 60% para operações de custeio, além de dois anos adicionais para o pagamento de empréstimos e redução dos juros do crédito rural para 3% (custeio) e 4% (investimento).

### Beneficiários

Também foi aprovado projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que inclui, entre os beneficiários do crédito rural, os produtores de mudas, de sementes, de sêmen para inseminação artificial e de embriões para o setor pecuário. Com a proposta (PLS 265/03), serão beneficiadas ainda as pessoas e empresas dedicadas à pesca artesanal e ao

extrativismo não-predatórios.

O projeto, com parecer favorável do relator, senador Flávio Arns (PT-PR), inclui no crédito rural os arrendatários de terras, parceiros, consórcios e condomínios de produtores rurais, além de quilombolas e indígenas.

Jereissati afirma, na justificativa do texto, que seu projeto visa ampliar o crédito e reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias. Isso ocorrerá, informou, com o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam contrato formalizado como beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Com emendas do relator, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), na mesma reunião foi aprovado projeto (PLS 203/06) de Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a mineralização do solo e a segurança alimentar e nutricional.

## Flexa Ribeiro alerta para queda do PIB do agronegócio em 2006

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informou ontem que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou boletim alertando para uma queda de 1,91% no produto interno bruto (PIB) do agronegócio brasileiro em 2006. De acordo com o senador, tal diminuição significa cerca de R\$ 10,25 bilhões, o que causará impacto negativo no PIB do país de cerca de 0,4%.

Na visão de Flexa Ribeiro, tais dados demonstram “descaso do governo Lula com o agronegócio”. O senador disse acreditar que 2007 será “um ano de dificuldades” em virtude do “cresci-



Crise do setor é resultado do descaso do governo federal, afirma Flexa Ribeiro

mento pífio da economia”.

Em aparte, Marcos Guerra (PSDB-ES) observou que também os setores têxtil, calçadista, moveleiro e de vestuário enfrentam dificuldades.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

O Senado realiza sessão não-deliberativa, a partir da 14h. Sem a votação de matérias, os trabalhos em Plenário são dedicados a comunicados da Mesa diretora e a pronunciamentos dos parlamentares. Os senadores retomam a pauta de votações na terça-feira.

### Conselho de Ética toma depoimentos

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúne às 10h para ouvir três ex-proprietários do Fiat Ducato que teria pertencido à Planam e sido cedido ao senador Magno Malta (PL-ES): Wylerson da Costa e os irmãos Valdir Piran e Valcir José Piran. Os depoentes devem

fornecer informações para instruir o processo contra Malta. A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) apresenta sua defesa ao conselho às 14h30. O colegiado apura denúncias de envolvimento do genro de Serys, Paulo Roberto Ribeiro, com a máfia das ambulâncias.

### Audiência sobre direitos das pessoas com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove reunião às 10h30 para votar requerimento de audiência destinada a avaliar a Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiências, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A proposta prevê o debate para o dia 9 de novembro.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Rodolpho Tourinho, Jefferson Péres e Wellington Salgado

## Heloísa pede ajuda para testemunha da CPI dos Bingos

Heloísa Helena (PSOL-AL) relatou ontem, em Plenário, que a cozinheira Zildete Leite dos Reis esteve nas dependências do Senado para pedir reintegração ao programa de proteção a testemunhas da Polícia Federal (PF). A senadora informou que Efraim Moraes (PFL-PB) já enviou novo pedido à PF. Ela também pediu providências urgentes à Mesa do Senado junto àquela instituição.

A cozinheira Zildete prestou depoimento no final de maio deste ano à CPI dos Bingos e acusou os ex-ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e José Dirceu, da Casa Civil, além do atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, de terem ido, entre 2001 e 2002, à mansão do chefe do crime organizado em Mato Grosso, João Archanjo Ribeiro – conhecido como Comendador. Na época, Zildete trabalhava como cozinheira para Archanjo. No depoimento, ela também disse que Sérgio Gomes da Silva – o Sombra – foi a Cuiabá procurar o Comendador para que este indicasse um pistoleiro para assassinar o então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel.



"Zildete diz temer ser assassinada se voltar para Cuiabá", ressalta Heloísa

## Sessão do Senado vai abrir semana do deficiente

Será aberta com uma sessão especial, no próximo dia 21 de novembro, a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, evento promovido pelo Senado Federal.

Na justificativa do requerimento, aprovado ontem, em que solicitou a realização da sessão especial, o presidente da Casa, Renan Calheiros, afirmou que "a garantia dos direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência é prática republicana que consta da pauta do Poder Legislativo brasileiro".

Aspectos relativos ao regime jurídico e à seleção dos agentes comunitários poderão ser alterados por projeto acolhido pelos senadores e enviado à Câmara dos Deputados

# Aprovada MP que regulamenta a atividade de agente de saúde

O Plenário do Senado aprovou ontem a Medida Provisória 297/06, que regulamenta as atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Embora a matéria tenha sido encaminhada à promulgação, a discussão sobre o assunto ainda não foi encerrada. Projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que trata do regime jurídico e da forma de seleção dessas categorias também foi aprovado em regime de urgência e encaminhado à Câmara dos Deputados.

A proposição de Tourinho (PLS 270/06) partiu de divergências em torno do artigo 8º da MP 297/06, que submetia os agentes de saúde admitidos pelos municípios e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na opinião do pefelista, relator-revisor da medida provisória, a mudança proposta era "um retrocesso sem tamanho", pois colocaria os agentes em risco de demissão a



Divergência sobre artigo 8º da MP levou o Plenário a acolher projeto do relator

cada mudança de prefeito.

Para eliminar essa vulnerabilidade, o PLS 270/06 vincula esses profissionais, inclusive os contratados pela Funasa, ao regime jurídico estatutário. A preocupação de garantir o acesso aos cargos via concurso público fez Tourinho estabelecer que os agentes serão admitidos por meio de processo seletivo público, que poderá incluir provas e entrevistas, além da participação do conselho de saúde local em todas as fases da seleção.

Os questionamentos do relator

da MP 297/06 foram compartilhados pelos senadores Heloísa Helena (PSOL-AL), Almeida Lima (PMDB-SE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Romeu Tuma (PFL-SP). Os senadores petistas Sibá Machado (AC), Ideli Salvatti (SC), Roberto Saturnino (RJ) e Eduardo Suplicy (SP) também aderiram à proposta e, ao apelar pela aprovação da medida provisória sem mudanças, afirmaram o compromisso do partido de acelerar a aprovação do PLS 270/06 na Câmara dos Deputados.

## Educação tecnológica terá 8,5 mil cargos

A criação de 8.593 cargos no quadro de pessoal das instituições federais de educação profissional e tecnológica foi aprovada ontem pelos senadores, que acolheram o PLC 20/06, originário da Medida Provisória 296/06. A matéria vai à sanção presidencial. As vagas serão destinadas às novas unidades de ensino dos centros federais de educação tecnológica, aos campi vinculados à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e aos centros federais de educação tecnológica originados a partir da transformação de escolas agrotécnicas federais.

Também foram criados 540 cargos de direção e funções gratificadas nas universidades federais. A criação de cargos para as instituições federais provocará, neste ano, um impacto orçamentário de R\$ 154,23 milhões. O relator-revisor da matéria foi o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que apresentou parecer favorável.

## Supersimples aguarda quórum e continua em regime de urgência

Ao final da ordem do dia da sessão deliberativa de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, embora não tenha havido quórum regimental que viabilizasse a votação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06) – conhecido como Supersimples –, o projeto continua tramitando em regime de urgência. Uma das matérias mais esperadas pelo setor produtivo brasileiro, por reduzir e isentar alíquotas de tributos, a proposta é uma lei complementar e, por isso, exige votação favorável da maioria absoluta dos senadores (41) para sua aprovação.

Para o relator do projeto, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a aprovação do estatuto marcará "um grande momento para a economia brasileira". Ele informou que acolheu emendas de redação e supressivas ao projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deixando-o pronto para a

votação em Plenário.

– Este é um projeto para a sociedade como um todo. Reduzirá a informalidade no setor produtivo e marcará um grande avanço econômico para o país. No entanto, o momento eleitoral em pleno segundo turno de eleições presidenciais pode trazer dificuldades para viabilizar a votação, por exigir quórum qualificado de maioria absoluta – disse o relator em entrevista à Agência Senado.

Se aprovado sem alterações, o projeto segue à sanção presidencial, mas, se sofrer alterações, retorna à Câmara. Um dos pontos polêmicos da matéria diz respeito ao pleito dos secretários de Fazenda de estados e de municípios, que pedem, entre outras demandas, que o Senado retire da proposta a concessão de isenção para as empresas da contribuição do salário-educação. A medida traria diminuição de R\$ 1,6 bilhão na arrecadação para investimento em educação.

## Suposto projeto sobre a Amazônia preocupa Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou em Plenário requerimento de informações ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre um suposto projeto do governo britânico de transformar a Amazônia em área privatizada internacional sob a administração de um grande consórcio econômico. A notícia da existência do plano inglês foi noticiada pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Na justificativa do requerimento, Virgílio afirma que "é urgente um pronunciamento do Itamaraty a respeito do assunto, que sem dúvida, a se confirmar o noticiário, representaria clara agressão à soberania brasileira".

Ao apoiar o pedido de informação, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que não se deve "sequer admitir que [estrangeiros] estejam debatendo acerca de parte significativa do território nacional".

### Pesar

Virgílio encaminhou ainda à Mesa voto de pesar pela morte de 155 pessoas no acidente com vôo da empresa aérea Gol e foi apoiado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Flexa Ribeiro cobra repasses assegurados pela Lei Kandir

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) protestou em Plenário contra o atraso no repasse de recursos federais a 21 estados beneficiados pela Lei Kandir, que estabeleceu compensação financeira aos estados exportadores pela isenção de alguns tributos em mercadorias destinadas ao mercado externo. Ele lembrou compromisso do Executivo com o Congresso para o repasse da compensação.

Flexa Ribeiro observou que a transferência dos recursos dependia de uma medida provisória, cuja edição foi protelada por vários meses. O senador pelo Pará, um dos estados beneficiários da lei, informou que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Apy, teria alegado impossibilidade de editar a MP durante o período eleitoral. O parlamentar disse que irá consultar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre esse impeditivo.

Segundo Ideli Salvatti (PT-SC), a MP está pronta para ser editada, mas o TSE teria desaconselhado sua edição antes do encerramento do processo eleitoral.

Senadores falam sobre debates e propostas no segundo turno, pesquisas eleitorais, cláusula de barreira e uso da máquina pública. Eduardo lamenta morte de candidato

## Suplicy pede debate sobre a erradicação da pobreza

Como conciliar o crescimento da economia e das oportunidades de emprego com uma melhor distribuição de renda e com a erradicação da pobreza? Essa é a questão que Eduardo Suplicy (PT-SP) deseja que seja discutida entre os candidatos a presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin – nos debates que as emissoras de televisão e de rádio farão até a eleição.

O senador disse ontem que, embora tenha sido registrada, no governo Lula, redução de 19,2% no número de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza, o percentual das famílias que recebem renda mensal inferior a R\$



**Suplicy: Bolsa Família deve se tornar renda básica de cidadania**

121 *per capita* ainda é de 22,7%. Suplicy também pediu que os candidatos discutam a possibilidade de transformação do programa Bolsa Família em uma renda básica de cidadania, como fixa a Lei 10.835/04, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em janeiro de 2004.

Para que Lula e Alckmin possam debater a erradicação da pobreza e outras propostas de interesse do país, Suplicy defendeu a rápida elucidação do caso da compra do dossiê que atingiria candidatos do PSDB. Ele reiterou à direção nacional do PT e ao diretório do partido em São Paulo o pedido de que se empenhem e colaborem para que a investigação possa ser concluída.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que é natural que a oposição paute o debate nos escândalos divulgados pela imprensa, mas lembrou que a justiça social também é uma dimensão importante da ética.

## Ideli aponta diferenças entre Lula e Alckmin

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem que as divergências entre os dois candidatos à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), “são profundas, de concepção, de visão do papel do Estado, de classe, de perspectivas em termos de crescimento e de distribuição de renda”.

Remetendo-se aos quatro aspectos destacados na reportagem “Sutis diferenças”, publicada na edição de ontem do jornal *Correio Braziliense* – ajuste fiscal, servidores, agências



**Segundo Ideli, divergências entre os dois candidatos são profundas**

reguladoras e privatização –, Ideli procurou mostrar como o programa do PT mantém sempre o foco nas políticas sociais e no fortalecimento do Estado,

enquanto o programa do PSDB defende o arrocho de gastos para ampliar a capacidade de investimento em infra-estrutura e um Estado mínimo.

Ideli enfatizou que existe uma parcela muito grande da população que precisa de um Estado forte, pois não pode pagar pelos serviços de setores estratégicos.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) garantiu que, numa eventual gestão de Geraldo Alckmin, setores importantes não serão objeto de privatização.

## Voto de pesar pela morte de Beto Fonseca

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou a morte de Gilberto Maciel da Fonseca, mais conhecido como Beto Fonseca, ocorrida ontem. Ambos estavam no caminhão – um trio elétrico – que tombou a caminho de um comício no Tocantins.

O acidente, no qual



**Morte de candidato a deputado estadual é lamentada por Eduardo**

também se feriu o pai do senador, José Wilson Siqueira Campos, ocorreu na quinta-feira passada. Beto Fonseca, que integrou o PL e era candidato

a deputado estadual pelo Tocantins, havia sofrido traumatismo craniano e estava em coma desde então.

– Quero manifestar minhas condolências à família de Beto Fonseca – declarou Eduardo em Plenário, ao apresentar à Mesa requerimento de voto de pesar.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB na Casa, manifestou solidariedade a Eduardo Siqueira Campos.



**Sibá: partidos fortes podem garantir governabilidade**

## Sibá defende cláusula de barreira

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem o instituto da cláusula de barreira, que exige percentual mínimo de 5% no total de votos em todo o país e de 2% em nove estados para que um partido tenha, entre outros, direito a receber recursos do Fundo Partidário e a tempo de televisão para propaganda político-partidária.

Sibá manifestou a sua tristeza pelo fato de alguns partidos estarem tentando uma flexibilização da cláusula de barreira recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele observou que todos os partidos concorreram à eleição neste ano sabendo da existência desse instituto.

– Está na hora de o Brasil entrar em uma nova rota. É ruim para o Brasil, que ainda não alcançou a maturidade política dos Estados Unidos, uma polarização entre PT e PSDB. Temos sete ou oito partidos robustos para negociar um entendimento de governabilidade – afirmou.

O senador ainda exaltou a votação recebida pelo PT em todo o país. Embora reconhecendo a vitória do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, no Acre, Sibá disse que, no segundo turno, o PT no Acre vai tentar reverter essa votação para o candidato Lula.

## Almeida Lima adverte que pesquisas induzem eleitores

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou ontem que as pesquisas eleitorais induzem os eleitores a votar no candidato mais bem colocado. Almeida Lima referiu-se às eleições para a Presidência da República e, especificamente, ao instituto Ibope e ao *Jornal Nacional* da Rede Globo, que teriam levado o eleitor a acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, seria eleito no primeiro turno.

Em discurso anterior ao dia do pleito, o parlamentar havia criticado decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu a divulgação pelos institutos de resultados de pesquisa até à data das eleições, anulando dispositivo da Lei da Minireforma Eleitoral. Pela lei, as pesquisas só poderiam ser divulgadas até 15 dias antes das eleições.

As críticas de Almeida Lima ao Ibope referiram-se



**Almeida Lima aponta "falta de honradez" de institutos**

ao que denominou de “falta de seriedade, honradez e postura cívico-patriótica”. Na sua opinião, o instituto teria desrespeitado a opinião pública e os pleitos no Brasil estariam viciados.

O senador declarou seu voto em Geraldo Alckmin no segundo turno e salientou que nos municípios do semi-árido sergipano e também naqueles administrados pelo PT, entre os quais os da Grande Aracaju, o presidente Lula perdeu para o candidato Alckmin no primeiro turno.

## Alvaro agradece votos e denuncia distorções

Ao fazer uma breve análise sobre o processo eleitoral, Alvaro Dias (PSDB-PR) agradeceu aos paranaenses pelos votos que permitiram sua reeleição para o Senado. Como disse ter optado por permanecer trabalhando em vez de sair em campanha pelos 399 municípios do estado – ele só visitou 25 –, acredita que a conquista de novo mandato para o período 2007-2015 reflete o reconhecimento de sua atuação parlamentar pelo povo do Paraná.

O fato de ter sido vitorioso não impediu Alvaro de lançar um olhar crítico sobre o processo eleitoral. O senador acredita que houve uso da máquina pública no pleito e denunciou que muitos servidores públicos contratados para cargos comissionados foram deslocados para trabalhar nas campanhas.

Alvaro também não poupou críticas ao PT e ao



**Alvaro critica uso da Alvorada para reuniões de campanha**

presidente Lula. Inicialmente, questionou o fato de correligionários de um partido que se dizia falido terem sido flagrados com R\$ 1,7 milhão para a compra de um dossiê contra políticos do PSDB. Em seguida, condenou o uso de instalações do Palácio da Alvorada – residência oficial do presidente da República – para reunião com assessores de campanha do presidente Lula e sua suposta participação em campanhas de telemarketing em prol de candidaturas de aliados.

Senadores do PFL lamentam resultados eleitorais na Bahia e acusam o governo de omissão na apuração de culpados no caso de dossiê contra o PSDB

## Virgílio afirma que posse de Lula pode ser impedida

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o presidente Lula, se reeleito, poderá ser impedido de tomar posse caso fique comprovado o envolvimento de seus assessores no episódio do dossiê contra políticos tucanos.

– Por muito menos saiu daqui o ex-senador João Capiberibe e da Presidência da República o senador eleito e ainda não empossado, Fernando Collor de Mello, com tudo o que foi constatado sobre o seu governo – disse.

Virgílio também prestou contas ao Senado e ao



Virgílio presta contas de sua participação no pleito do AM

país da sua participação na eleição para governador do estado do Amazonas.

Ele assinalou que, mesmo sabendo da elevada preferência dos amazonenses pelos seus dois principais

Fotos: Roosevelt Pinheiro

adversários, Eduardo Braga e Amazonino – revelada por pesquisas que lhes atribuíam 77% dos votos –, decidiu enfrentar a disputa.

– Tentei mostrar, e creio que consegui, que era preciso apresentar propostas sérias; vencer. E venci os debates de que participei, os poucos debates que permitiram que acontecessem nessa eleição. E venci sem insultos pessoais, apresentando teses para serem discutidas pela sociedade amazonense, mostrando claramente o compromisso com a ética e com a seriedade – ressaltou o senador.

## Para Agripino, outra vez ninguém foi punido

José Agripino (PFL-RN) repudiou o presidente Lula por ter dito na televisão e no rádio que também quer saber quem arquitetou a operação de compra de um dossiê para prejudicar candidatos do PSDB.

– Mais uma vez, o presidente Lula se faz de vítima. Por que quer enganar o povo brasileiro? Quem são Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Hamilton Lacerda? São petistas pilhados em flagrante num hotel em São Paulo com R\$ 1,7 milhão. Quem é Jorge Lorenzetti? É o churrasqueiro do presidente, petista, ex-dirigente da CUT, ex-diretor do Banco de Santa Catarina, ex-chefe de inteligência da



Segundo Agripino, ao dizer que busca culpados, Lula faz encenação

campanha de Lula e chefe do Gedimar – ressaltou.

Agripino sugeriu ao presidente que reúna no Palácio da Alvorada todos os envolvidos, “uma vez que são da sua intimidade”, e o ex-coordenador de sua campanha e presidente do PT, Ricardo Berzoini,

peça explicações a eles, denuncie-os e os apresente ao país como culpados pela operação desastrosa.

O senador afirmou ter percebido que o povo acreditou quando Lula disse que não sabia de nada, que tinha sido enganado e traído.

– Já no caso do dossiê, a população concluiu que a renovação do escândalo coloca o governo comprometido com o crime organizado, porque é uma nova quadrilha. Viram que Lula, mais uma vez, não puniu ninguém, e todos eram de dentro do governo. As pessoas não guardam os nomes e quem fez o que, mas fica a percepção de que todos levam a Lula – assinalou.

## Antero: dossiê tem “digitais” de petistas

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou o governo federal e o PT de montarem operação para se eximirem da culpa pela tentativa de compra de dossiê contra políticos tucanos.

Antero criticou os petistas por “apresentarem várias versões sobre o caso e por tentarem des-



Antero acusa PT de montar operação para fugir da culpa

viar o foco das investigações”, condenando a decisão do delegado da Polícia Federal, Edmilson Pereira Bruno, de entregar à imprensa fotos do

dinheiro apreendido com governistas para compra do documento.

– O eleitor não é bobo. As digitais de Lula, de Aloizio Mercadante e de seus assessores mais próximos estão no dossiê contra Serra e o PSDB. Tudo o que se revelou até agora sobre esse tema mostra claramente o envolvimento de pessoas muito próximas a Lula, não apenas do ponto de vista formal e administrativo, mas da intimidade, da amizade pessoal.



Tourinho: “Perdemos, mas mudamos a face da Bahia”

## PFL cumpriu seu dever, diz Tourinho

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ao comentar o resultado das eleições, afirmou que seu partido deixa o controle da Bahia com a certeza de que “mudou a face do estado para muito melhor em todos os sentidos”. Tourinho perdeu a vaga no Senado para o candidato João Durval Carneiro (PDT), ao passo que o atual governador, Paulo Souto (PFL), foi derrotado pelo ex-ministro Jaques Wagner (PT).

– Faz parte do jogo democrático que o PT ganhe as eleições, mas perdemos com a certeza do dever cumprido. Daqui para a frente, os eleitores terão que fiscalizar os adversários, que, aliás, têm a tradição de não cumprir suas promessas.

Segundo Tourinho, o melhor reconhecimento que poderia ter é a percepção de que o trabalho que realizou fez a diferença na vida das pessoas beneficiadas pelos projetos que desenvolveu ao longo de sua trajetória como homem público.

– Pode não ter dado para vencer essa eleição, mas deu para vencer todas as expectativas que tínhamos – comemorou.

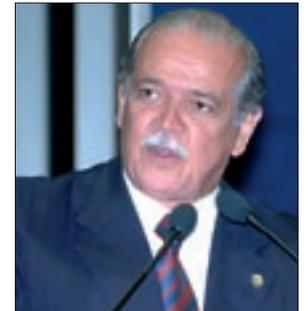
O senador recebeu apertes de homenagem de praticamente todos os parlamentares presentes no Plenário do Senado, que destacaram, principalmente, sua atuação marcante como relator na Casa.

## César Borges destaca divisão regional entre candidatos

César Borges (PFL-BA) destacou a divisão geográfica revelada no resultado do primeiro turno da eleição presidencial. No Norte e no Nordeste, Luiz Inácio Lula da Silva saiu vencedor, enquanto Centro-Oeste, Sudeste e Sul demonstraram preferência pelo candidato da coligação PSDB-PFL, Geraldo Alckmin.

– Por que essa divisão, se Lula não fez para o Nordeste nada do que havia prometido, nada, absolutamente? Senão vejamos: a Sudene [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste], que foi prometida pelo presidente Lula, foi recriada? Onde estão os grandes investimentos em infra-estrutura, portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, hospitais? – indagou.

Para o senador, “a dicotomia entre o resultado das eleições nas regiões do país ocorre em função da política clientelista do governo”,



César Borges atribui votos do Nordeste em Lula a “clientelismo”

citando particularmente o programa Bolsa Família.

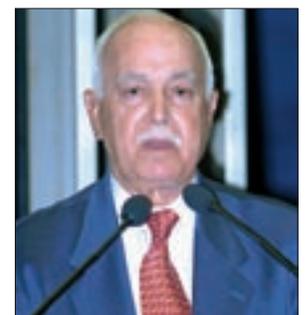
César Borges comentou ainda o resultado das eleições na Bahia, dizendo que ele não reflete o bom desempenho da gestão das administrações sucessivas do PFL no estado. Afirmou que, no governo Paulo Souto, a economia baiana cresceu duas vezes e meia a mais que a média nacional. César Borges enalteceu também a atuação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que não conseguiu se reeleger.

## ACM critica suposta ironia de Lula sobre eleições na Bahia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o presidente Lula por ter, segundo ele, ironizado o resultado da eleição para governador na Bahia, na qual o PT saiu vitorioso. O senador disse que, ao receber em audiência na terça-feira o atual governador baiano Paulo Souto (PFL), o presidente Lula teria pedido aos fotógrafos presentes que procurassem e tirassem fotos de Antonio Carlos “para ver como está a cara dele”, em virtude do resultado das eleições.

– Minha cara é esta. Não sei se é boa ou ruim, mas é a minha, não tenho outra. Agora, o presidente tem várias caras. Tem a cara do bêbado, tem a cara do desonesto e tem a cara que infelicita a nação brasileira mentindo desavergonhadamente todos os dias – afirmou ACM.

O senador pediu que Lula e o presidente do PT, Ricardo Berzoini, expliquem



ACM diz que falta autoridade a Lula até para ser fotografado

“o problema do dossiê” que, na interpretação do senador, foi fabricado por ambos com o objetivo de prejudicar o então candidato do PSDB a governador de São Paulo, José Serra.

– Lula não tem autoridade nem de ser fotografado, que dirá de aparecer em público. Falta-lhe dignidade para o exercício da Presidência. Falta-lhe moral. Falta-lhe aquilo que é mais indispensável: a credibilidade – ressaltou.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) prestou solidariedade a ACM.

Processo contra senador da Paraíba deve ser votado pelo Conselho de Ética em 8 de novembro; Wellington e Suassuna contestam conclusões do relator

## Jefferson pede a cassação de Suassuna

O relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que recomenda ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a cassação do mandato do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) por quebra de decoro parlamentar, apresentado ontem, só será votado no dia 8 de novembro. Isso porque o presidente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), concedeu vista coletiva do texto aos integrantes do Conselho de Ética.

Em seu relatório, Jefferson destacou que em toda a investigação não foi encontrada uma única prova do efetivo envolvimento de Suassuna com a máfia das ambulâncias. O parlamentar pela Paraíba teve seu nome citado no relatório parcial da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar. No entendimento dos membros da CPI, há indícios do envolvimento do senador com a máfia das ambulâncias. No entanto, o relator no Conselho de Ética ressaltou que Suassuna estava sendo julgado por haver negligenciado as obrigações e encargos inerentes ao cargo de senador.

– Especialmente no que se refere ao zelo com a coisa pública, bem como no abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional – leu Jefferson.

Segundo o relator, a reputação de Suassuna – e, por consequência, a do Senado – foi maculada de forma “inaceitável devido à absoluta leniência e negligência” com que o senador pela Paraíba atuou para evitar que o prestígio do cargo de um senador da República, e também líder de bancada



Ney Suassuna (E) se defende no Conselho de Ética e responsabiliza acusações pela sua derrota na disputa eleitoral

do PMDB, fosse utilizado para “beneficiar interesses escusos com recursos públicos”.

### Indícios

Jefferson Péres se referia aos indícios de participação de um ex-assessor de Suassuna no esquema de fraudes. Marcelo Cardoso Carvalho foi apontado em depoimentos da família Vedoin, dona da Planam e considerada a organizadora da máfia das ambulâncias, como intermediário do senador com os empresários. Embora sempre tenha alegado inocência, Suassuna reconheceu, durante a sua defesa perante o Conselho de Ética, que havia sido traído por seu ex-assessor, que utilizava indevidamente o prestígio do chefe para beneficiar o esquema de fraudes.

Jefferson também considerou

insuficientes as providências adotadas por Suassuna quando este soube que sua ex-chefe de gabinete Mônica Mucury Teixeira havia falsificado sua assinatura num ofício enviado ao Ministério da Saúde. Suassuna alegou que desconhecia a existência do ofício na ocasião, mas defendeu sua funcionária, ao dizer que ela teria agido de boa-fé, pois Marcelo teria levado o ofício para que ela assinasse e afirmou que o senador, que estava viajando, sabia do documento e tinha urgência no seu encaminhamento.

– Resta claro, portanto, que sua excelência não apenas delegava funções com amplo grau de autonomia, mas que verdadeiramente permitia diuturnamente que sua assinatura fosse fraudada, ainda que de “boa-fé”, como fez

questão de frisar, dentro do seu gabinete – afirmou Jefferson.

### “Exagero”

Ao comentar o pedido de cassação do seu mandato, Suassuna lembrou que já estava pagando um preço alto demais por isso, pois acabara de perder a reeleição para o Senado. Ele acusou ainda Jefferson de ter sido o responsável pela sua não-reeleição, por ter adiantado à imprensa que o relatório pediria a cassação do mandato parlamentar.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) foi o primeiro a pedir vista do relatório.

– Acho que Jefferson exagerou na dose. Por isso, pedirei vista para analisar o relatório e apresentar uma outra pena que não seja tão exagerada – declarou Wellington.

## Senador diz que relatório o livra de “grave acusação”

Apesar de contrariado com a conclusão do relator, senador Jefferson Péres, que pediu, no Conselho de Ética, a cassação do seu mandato, o senador Ney Suassuna disse ontem ter ficado satisfeito, porque o próprio relatório registra que não há nos autos uma única prova efetiva do seu envolvimento com “a quadrilha apelidada de sanguessugas”.

Mesmo lamentando que o relatório apresentado por Jefferson Péres não seja uma declaração de inocência total, Suassuna observou que o parecer o isenta de ter recebido dinheiro a título de

comissão pela apresentação de emendas para compra de ambulâncias. Ele registrou que, mesmo o assunto tendo sido usado insistentemente por seus adversários na eleição para senador na Paraíba, sua candidatura recebeu mais de 725 mil votos.

– Foi um bombardeio sobre esse tema na TV, dia e noite. O povo da Paraíba me indagava e muitos chegaram a me insultar. Mas com a divulgação do relatório eu estou livre da grave acusação que me fizeram. Para quem passou 139 dias sob o tiroteio cerrado da imprensa, isso é um alívio. Não sou

sanguessuga, não me locupletei, não tenho nenhuma ligação com esse povo – afirmou.

Suassuna também pediu aos demais senadores que analisem a possibilidade de a Casa aprovar, até o final do ano, projeto que permita responsabilizar a imprensa em função do que ela publica. Ele disse que, quando pega um jornal para ler, de antemão já imagina que metade das informações publicadas seja inverídica.

O senador citou o caso de matéria publicada ontem por jornal de circulação nacional noticiando que ele teria sido recebido na

terça-feira, junto com o senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO) e o deputado federal Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

– Há mais de um mês que não me reúno com o presidente. Por que um jornal importante, que tem um nome a zelar, faz uma coisa dessas? Com certeza, não foi para atacar a mim. Talvez tenha sido para atacar o presidente. Colocaram até o comentário de um ministro dizendo que a visita era importante porque eu recebi muitos votos na Paraíba.

## Quatro testemunhas falam hoje sobre caso de Malta

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar agendou para hoje, a partir das 10h, quatro depoimentos com o objetivo de subsidiar as investigações do processo disciplinar contra o senador Magno Malta (PL-ES) por quebra de decoro parlamentar.

Em depoimentos à Justiça, a família Vedoin, acusada de ser a organizadora da máfia das ambulâncias, alega ter dado a Malta um veículo Ducato – uma van da marca Fiat – como parte de pagamento de propina para a apresentação de emendas ao Orçamento destinadas a beneficiar o esquema de fraudes. O senador afirma que o carro teria sido um empréstimo pessoal do deputado federal Lino Rossi (PP-MT).

O relator do processo, Demostenes Torres (PFL-GO), ouve hoje três ex-proprietários do veículo que teria pertencido a Lino Rossi: Wylerson Moreira da Costa e os irmãos Valdir Agostinho Piran e Valcir José Piran. A pedido de Magno Malta, também está agendada a oitiva do deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA).

## Gabeira: dossiê mostra que fraude teve início em 2001

O sub-relator de Investigação Parlamentar da CPI dos Sanguessugas, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), disse que o conteúdo do dossiê que integrantes do PT teriam tentado comprar mostra que o esquema de venda de ambulâncias superfaturadas com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento da União teve início em 9 de março de 2001.

Para Gabeira, naquela época o deputado Lino Rossi (PP-MT) já tinha ligações com o esquema, pois era sócio do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Planam – empresa acusada de ser a organizadora do esquema.

Gabeira ressaltou que as demais informações do dossiê que supostamente envolveriam o ex-ministro da Saúde José Serra e o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, não são definitivas para esclarecer fatos e direcionar as investigações relacionadas à máfia das ambulâncias. Ele sugere que todos os envolvidos no caso do dossiê sejam convocados.



Líderes partidários na CMO reúnem-se com o presidente da comissão, Gilmar Machado (D)

## Líderes repudiam cortes e pedem fim de artigo da LDO que reduz gastos

Reunidos com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), e com o relator-geral do projeto orçamentário, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), líderes dos partidos na comissão decidiram negociar a derrubada do artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 que determina um corte de 0,1% do produto interno bruto (PIB) nas despesas correntes do governo (gastos com a máquina pública) no próximo ano.

O projeto da LDO já foi aprovado pela comissão, mas ainda depende de votação do Plenário do Congresso. A idéia dos líderes é retirar a determinação de cortes nessa votação em Plenário, e para isso pretendem convencer o relator da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a aceitar uma emenda supressiva.

## Raupp já vê dificuldades para salário mínimo acima de R\$ 375

O relator-geral do projeto do Orçamento da União para 2007, senador Valdir Raupp, afirmou que as primeiras análises da proposta mostram que o governo “superestimou o crescimento da economia” e, com isso, também trabalhou com uma previsão de impostos que pode não se concretizar. O projeto prevê que a economia brasileira crescerá 4,75% no próximo ano.

Assim, perde força a idéia inicial de que o Congresso poderia aumentar o salário mínimo além dos R\$ 375 previstos pelo governo, admitida antes pelo próprio relator-geral. Os R\$ 375 significam aproximadamente uma correção do salário em abril próximo pela inflação dos 12 meses anteriores, acrescida do mesmo percentual de crescimento do PIB *per capita*.

Raupp advertiu, depois da reunião com líderes partidários na CMO, que poderá ser obrigado a

Raupp afirmou à imprensa, depois da reunião com os líderes partidários, que “o cobertor na verdade é bem menor do que imaginamos há alguns dias”. Ele disse lamentar que o Ministério do Planejamento não tenha enviado o projeto do Orçamento já com o corte de 0,1% do PIB nos gastos correntes. Para Raupp, se o Congresso não derrubar o artigo da LDO, ele terá de fazer um corte inicial de pelo menos R\$ 5,9 bilhões no Orçamento para o ano que vem. O problema é ainda maior porque também falta R\$ 1,3 bilhão para fechar a conta do ressarcimento aos estados por conta da Lei Kandir (isenção de impostos nas exportações).

O Ministério do Planejamento previu R\$ 3,9 bilhões para esse ressarcimento, mas os estados querem no mínimo o valor de 2006, R\$ 5,2 bilhões.

cortar verbas do projeto orçamentário se o Congresso não derrubar o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que manda reduzir os gastos correntes do governo em 0,1% do PIB em 2007.

– Se for mantido o corte de gastos previsto na LDO, pode faltar dinheiro até mesmo para o reajuste do salário mínimo – frisou Raupp.

Os líderes partidários estabeleceram com o relator-geral e com o presidente da CMO, deputado Gilmar Machado, um cronograma de votação da proposta orçamentária na comissão até 15 de dezembro.

A votação no Plenário do Congresso ocorreria antes do Natal. Pelo cronograma, o Orçamento será submetido a discussão pública nos próximos dias em quatro capitais, com a presença do presidente da Comissão de Orçamento e do relator-geral. A primeira será amanhã, em Florianópolis.

Documento vincula definitivamente os reajustes anuais dos aposentados ao aumento concedido ao mínimo e garante ampliação gradual do seu poder de compra

# Comissão do Salário Mínimo aprova relatório final de Paim

Por unanimidade, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo aprovou o relatório final, elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que propõe a vinculação definitiva do reajuste anual dos aposentados ao aumento concedido ao salário mínimo. O documento, que ainda será analisado e votado pelos plenários do Senado e da Câmara, sugere ainda que o reajuste anual para o salário mínimo não seja inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do produto interno bruto (PIB), também do ano antecedente, buscando garantir, assim, o aumento gradual do poder de compra do mínimo.

Paim explicou que, nas propostas, extinguiu o chamado fator previdenciário por entender que ele implica perda de 40% nas aposentadorias das mulheres e de 32% nas dos homens. “O fator previdenciário diminui o valor das aposentadorias em função da idade do segurado ao se aposentar, quando esse cálculo deveria considerar apenas o tempo de contribuição”, explicou.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) opinou que a economia que o sistema de previdência social faz com a aplicação do fator previdenciário é “burra”. Para o



Paim (E) é autor do relatório, que segue agora para os plenários do Senado e da Câmara

senador, o governo gastará muito mais com a saúde, uma vez que o aposentado adquire doenças, como a depressão, por exemplo, em função da injustiça de ver seus vencimentos diminuídos.

Paim ressaltou ainda a importância social da proposta, contida no relatório, de desonerar impostos da folha salarial das empresas para concentrá-los no faturamento. “É justo: a empresa que faturar mais pagará mais imposto”, observou.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que presidiu a reunião, lembrou que o relatório da comissão inclui projeto de lei de sua autoria que concede aposentadoria de um salário mínimo mensal para as donas-de-casa de baixa renda.

A proposta já foi aprovada no Senado, faltando, apenas, votação na Câmara.

Estiveram presentes à reunião representantes de cooperativas de aposentados e de associações de donas-de-casa, que prometeram enviar aos dois candidatos à Presidência da República que disputam o segundo turno cópia do relatório aprovado para obter o compromisso do Executivo com a adoção das propostas.

Se o relatório for aprovado pelos plenários das duas Casas, as mudanças sugeridas por Paim passam a tramitar no Legislativo na forma de três projetos de lei e de uma proposta de emenda à Constituição apresentados no texto do relator.

## Valadares critica financeiras por cobrança excessiva de tarifas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou as instituições financeiras pela cobrança excessiva de tarifas. De acordo com o senador, que mencionou estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a receita dos bancos com tarifas passou de R\$ 6 bilhões em 1994 para R\$ 41 bilhões em 2005, uma elevação de 153,6% acima da inflação registrada no período.

O estudo, segundo Valadares, compara essa receita com a folha de pagamentos das 50 maiores instituições financeiras do país. Em 1994, a arrecadação tarifária cobria 26% da despesa com pessoal, que era de R\$ 23 bilhões.

No ano passado, a taxação pagou todos os empregados (R\$ 36 bilhões) e ainda deu lucro de R\$ 5 bilhões aos bancos, representando 102,3% do total da folha.

– Os bancos cobram essas tarifas por serviços que são obrigados a prestar. Se o presidente Lula vier a ter um segundo mandato, ele precisará corrigir esse absurdo – protestou o senador, que enfatizou que não tem nada contra o lucro, mas não acha justo que outros setores da economia, como a indústria, o comércio e a agricultura, sejam prejudicados para que os bancos tenham “lucros astronômicos”.

### Eleições

Valadares também comentou



Valadares diz que vitória de Déda revela desejo de mudança do eleitor sergipano

a eleição de Marcelo Déda (PT) para o governo de Sergipe.

– Marcelo Déda é um dos maiores prefeitos que Aracaju já teve e agora se firma como grande liderança do estado. O caminho está traçado para que caminhemos num novo rumo, voltado para a valorização sobretudo de programas sociais que venham ao encontro da população mais pobre – afirmou o senador.

Contribuições a fundos de assistência social, de defesa das crianças e de combate à pobreza são estimuladas, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

## Doações para assistência social poderão ser deduzidas do IR

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apresentou, ontem, parecer favorável ao projeto de lei que prevê a concessão de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas em troca de doações destinadas à assistência e à promoção social. A matéria, que será encaminhada ainda à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e teve como relator *ad hoc* o senador Mão Santa (PMDB-PI).

O projeto (PLS 383/03) altera a legislação do Imposto de Renda a fim de estimular a população a participar da assistência social às pessoas carentes. Pela proposta, os contribuintes terão direito à dedução, no Imposto de Renda, relativa a doações em dinheiro ou bens, que serão destinadas ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fundo Nacional de Assistência Social e ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A matéria também prevê o repasse das doações às entidades e às organizações que possuam atestado de registro e

certificado de entidade beneficiária de assistência social.

A proposta define ainda regras de controle dos repasses, ao estabelecer que as doações em espécie serão depositadas em conta corrente específica, cujos administradores estarão obrigados a emitir comprovante que identifique o doador e os recursos doados com precisão. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos fundos também deverão manter formas de controle sobre os bens

e os recursos recebidos, além de informar mensalmente à Secretaria da Receita Federal as doações recebidas, com a identificação do doador e do total dos recursos encaminhados às entidades.

Na justificativa do projeto, Zambiasi defende a necessidade de as empresas brasileiras colocarem-se a serviço do desenvolvimento econômico inclusivo e socialmente sustentável, “o que permitirá ao país superar a tragédia da miséria, do desemprego e da desigualdade”, frisou.



Integrantes da comissão analisam proposta de autoria do senador Sérgio Zambiasi

## Em debate, o trabalho das pessoas com deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem dois requerimentos em que o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solicita a realização de audiências públicas, no âmbito do colegiado, para debater o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

As audiências públicas, de acordo com Azeredo, deverão ser realizadas em novembro, na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que funciona na CAS, durante a realização de mais uma edição da Semana de Valorização das Pessoas com Deficiência, promovida pelo Senado.

O primeiro requerimento solicita a realização de debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, segundo as diretrizes da política de cotas traçada pelo governo.

“Cinco anos depois de aprova-

da a lei que estabelece uma cota de pessoas com deficiência nas empresas, o mercado começa a modificar sua visão sobre o tema. De um lado, as empresas alegam encontrar dificuldades para desenvolver projetos bem estruturados que cumpram as exigências da lei de cotas. Por outro, a dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada tem sido um desafio. Então, percebe-se que o direito à cota da pessoa com deficiência no trabalho não está sendo observado”, alega o senador pelo PSDB mineiro na justificativa do requerimento.

Eduardo Azeredo refere-se ao Decreto 3.298/99 do Poder Executivo, que regulamenta a Lei 7.853/89, que dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. O artigo 36 do decreto determina que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de defi-

ciência nas seguintes proporções: até 200 empregados, 2%; de 201 a 500 empregados, 3%; de 501 a mil empregados, 4%; e mais de mil empregados, 5%.

O segundo requerimento requer a realização de audiência pública para avaliar a participação dos senadores na elaboração da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU).

“Desde 2003, o Brasil vem participando efetivamente das reuniões promovidas pela ONU para a elaboração de uma convenção internacional para defender e garantir os direitos das pessoas com deficiência. É de fundamental importância que a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência tenha informações detalhadas sobre as propostas, posições e decisões que foram tomadas e aprovadas nas reuniões internacionais”, conclui Eduardo Azeredo.



Sugestões dos estudantes poderão subsidiar a Agenda 21 Infantil para a Habitação

## Crianças discutem propostas sobre habitação e meio ambiente

Cerca de 240 crianças e adolescentes estiveram ontem no Auditório Petrônio Portela para discutir e mostrar suas visões e sugestões sobre moradia e meio ambiente nas áreas rurais e urbanas do Brasil. O I Simpósio Social Infantil Habitat-Criança foi coordenado pela Organização pela Preservação Ambiental (OPA) e pela Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM) e contou ainda com a participação de Mariana Rondon, representante do Programa de Assentamentos Humanos e Habitat da Organização das Nações Unidas (UM-Habitat), e de Divino Roberto Veríssimo, coordenador nacional da CCBM e presidente da OPA.

O evento ocorreu em celebração ao Dia Mundial do Habitat, comemorado nas primeiras segundas-feiras de outubro. A partir dos questionamentos e indicações

feitos pelos participantes, que vieram de escolas de Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Amapá, Distrito Federal e Tocantins, será elaborado um documento que poderá servir de base para a construção de uma Agenda 21 Infantil para a Habitação.

As crianças ouviram idéias para o crescimento sustentável nas cidades, como opções de construção de moradias mais baratas e com materiais alternativos. Também fizeram reivindicações, como a construção de mais cisternas nas cidades do sertão pernambucano.

### Agenda

A Agenda 21 é um programa de ação para viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países. É um dos principais resultados da Conferência Rio-92.

## Campanha Doe Sangue atrai 81 voluntários no Senado

A campanha Doe Sangue, realizada pelo Programa de Responsabilidade Social do Senado em parceria com o Hemocentro, conseguiu coletar sangue de 81 doadores nos dois dias em que foi realizada – terça e quarta-feira. De acordo com a coordenadora da campanha e chefe do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional do Senado, Denise Lisboa, mais de cem interessados procuraram a unidade do Hemocentro instalada no Senado para fazer a doação – número que ultrapassou o limite fixado pelo Hemocentro para coleta de sangue – no período de 8 as 12h.

– Já está se criando a cultura da doação. É necessária uma conscientização para que, independentemente de campanha, as pessoas procurem doar no Hemocentro – disse Denise Lisboa.

Em 2005, foram feitas 80 doações e obtidas 60 bolsas de sangue. Isso ocorre porque o sangue coletado passa por uma triagem a fim de ser verificado, por exemplo, se a substância está apta para o uso. A triagem das bolsas colhidas, com a verificação do tipo sanguíneo dos doadores, este ano ainda será feita no Hemocentro e o resultado sairá em 30 dias.

Segundo Denise Lisboa, a campanha se repetirá em 2007, mas provavelmente terá três dias de duração e a coleta será realizada nos períodos da manhã e da tarde. A doação não pode ser feita entre 12h e 14h, pois o doador pode passar mal por não estar devidamente alimentado.

Os interessados em doar sangue podem procurar a Fundação Hemocentro de Brasília, no Setor Médico Hospitalar Norte.